Boletim

Novembro/2026

SinproRio

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

COMISSÃO DE MULHERES-SINPRO-RIO



SUMÁRIO

2 **Editorial**

3 **Educação Inclusiva: onde a diversidade se transforma em democracia**

3 **Para nutrir a luta: dicas culturais**

4 **Amamentar é direito, trabalhar é necessidade: o abismo na rotina da professora carioca**

4 **21 Dias de Ativismo: enfrentar a violência contra as mulheres exige políticas públicas permanentes**

EDITORIAL

Chegou mais uma edição do Boletim da Comissão de Mulheres do Sinpro-Rio! Um instrumento de mobilização e fortalecimento da luta, porque a docência tem sido exercício de resistência! E as mulheres professoras são as principais vítimas da superexploração e da sobrecarga de trabalho provocadas pela invasão, na rotina escolar, de plataformas, relatórios, metas e cobranças, além de todo tipo de assédio e desrespeito. A lógica empresarial imposta nas escolas cria uma estrutura de precarização e adoecimento.

Mas a greve de 24 horas, realizada no dia 2 de setembro, marcou o início de um movimento que precisa continuar firme e contagiar toda a categoria, intensificando a força coletiva capaz de pressionar o patronato a ceder parte de seus lucros e a ser justo na remuneração de docentes que garantem a qualidade do ensino com o trabalho que realizam dentro e fora da sala de aula!

Com este boletim, a Comissão de Mulheres partilha as ações que já foram e as que ainda serão realizadas em 2026, com o intuito de ampliar as discussões específicas das mulheres professoras e a sua presença no enfrentamento dos desmandos dos patrões.

Não tem volta!
A LUTA só vai crescer!



Criação de um broche em homenagem ao Agosto Lilás, em defesa da vida das mulheres, que foi usado pelo conjunto de funcionários e diretores do Sinpro-Rio durante todo o mês de agosto.

REGISTRO DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE MULHERES





Realização, na subsede de Campo Grande, do lançamento da cartilha de combate ao assédio, reunindo professoras, estudantes de licenciatura, dirigentes sindicais e convidadas especiais para um debate que abordou as violências estruturais que atravessam o cotidiano das mulheres, especialmente nos espaços de trabalho. 20/06/2026.



Participação da Comissão de Mulheres na XII Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, em defesa da democracia, contra o racismo, pela reparação e bem viver. 26/07/2026 - Copacabana.





Participação na Feira de Livros do Sinpro-Rio com a palestra NÃO É MIMIMI, baseada no livro de mesmo nome, onde Cíntia Barreto reúne textos de 5 autoras: Clarice Campos, Lilian Polly, Marta Rodrigues, Virginia Moraes e a própria Cíntia. 14/08/2026, com mediação de Duda Quiroga.

Educação Inclusiva: onde a diversidade se transforma em democracia



Toda criança chega à escola carregando uma história, um jeito de olhar o mundo, de sentir, brincar, aprender e se expressar. Nenhuma infância é igual à outra e é justamente nessa diversidade que a escola encontra sua maior riqueza.

Incluir é abrir caminhos para que cada criança possa existir, participar e aprender sem precisar deixar suas singularidades do lado de fora dos portões da escola. É reconhecer diferentes tempos, linguagens, culturas, corpos e formas de aprender. Educação inclusiva é muito mais do que compartilhar o mesmo espaço: é garantir acesso, participação, aprendizagem, pertencimento e respeito.

Quando uma criança percebe que sua voz é ouvida, que seu jeito de ser é respeitado e que existe um lugar para ela, a escola se transforma em espaço de dignidade, cidadania e pertencimento. E é no encontro entre diferentes histórias, saberes e possibilidades que a democracia começa a ser vivida.

No Brasil, o Censo Escolar 2025 registrou 2,5 milhões de matrículas de estudantes da educação especial, um aumento de 82% em relação a 2021. Considerando os estudantes de 4 a 17 anos, 96% estavam matriculados em classes comuns, evidenciando a ampliação da presença desses estudantes nas escolas regulares. Mas estar na escola não é suficiente. Incluir significa garantir condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento, enfrentando barreiras físicas, comunicacionais e, principalmente, atitudinais.

A educação inclusiva, a diversidade cultural e os direitos humanos caminham juntos na construção de uma escola democrática, capaz de enfrentar preconceitos e assegurar o direito de todos à aprendizagem, sem discriminação.

Esse compromisso é sustentado por importantes marcos legais. A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito de todos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reafirma a prioridade absoluta na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece princípios da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura a educação inclusiva em igualdade de condições e sem discriminação.

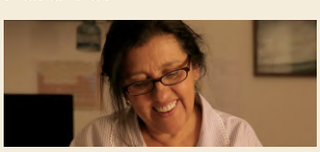
Uma escola que acolhe as diferenças ajuda a construir uma sociedade mais justa, plural e democrática. Afinal, democracia também se aprende na convivência: ouvindo, respeitando, participando e garantindo que ninguém fique para trás.

Incluir é garantir um direito. É reconhecer a diversidade. É criar pertencimento. É transformar a diversidade em democracia.

Acesse o site pelo QR Code e confira a reflexão completa da Comissão de Mulheres do Sinpro-Rio sobre educação inclusiva, diversidade e direito à aprendizagem.

Para nutrir a luta

Para ver



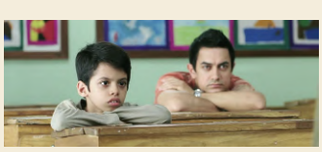
Que Horas Ela Volta?

(Anna Muylaert, 2015)

Val deixou a filha, Jéssica, no interior de Pernambuco para trabalhar como babá em São Paulo, onde criou o filho dos patrões por treze anos. Quando a filha chega à cidade para prestar vestibular e passa a viver na casa em que a mãe trabalha, a convivência abala as regras não ditas daquela família.

Onde assistir: Globoplay, Telecine e Netflix, por assinatura, e Apple TV, para alugar ou comprar.

FOTO: DIVULGAÇÃO/IMDB



Como Estrelas na Terra

(Aamir Khan, Índia, 2007)

Ishaan é um menino criativo que vai mal na escola e é rotulado de preguiçoso. Enviado a um internato pelos pais, ele encontra um professor que percebe sua dislexia e o ajuda a recuperar a confiança e o prazer de aprender.

Onde assistir: Netflix.

FOTO: DIVULGAÇÃO/IMDB

Atenção: a disponibilidade varia conforme a região e pode mudar a qualquer momento, de acordo com o catálogo de cada serviço.

Para levar às infâncias



Amina, a menina que soprava verdades, *de Luana Rodrigues, com ilustrações de Ayodê França (Bom de Ler Editora, 2025)*

Em Mentirópolis, todo mundo mente e tem um nariz bem grandão. Amina, não: ela não consegue mentir, e seu nariz é pequenino como uma jabuticaba. Diferente de todos, ela precisa decidir se mente para ser aceita ou se luta pela verdade. Um conto sobre amor-próprio e pertencimento.

FOTO: DIVULGAÇÃO/BOM DE LER EDITORA



Minissaia, batom & futebol, *de Letícia Sardenberg (Zit Editora, 2019)*

Luisa adora jogar futebol, mas precisa provar ao pai que futebol também é coisa de menina. O livro aborda o preconceito que algumas famílias têm com as meninas que gostam de jogar e pergunta: será que o amor é capaz de vencer o preconceito, e um pai é capaz de mudar de opinião?

FOTO: DIVULGAÇÃO/ZIT EDITORA

Amamentar é direito, trabalhar é necessidade: o abismo na rotina da professora carioca

Falta de condições para conciliar amamentação e trabalho expõe desigualdades e ausência de garantias efetivas.



120 dias
Licença-maternidade **padrão**

180 dias
Programa **Empresa Cidadã**

0 *6 meses*

Na educação privada do Rio, a licença-maternidade de 120 dias termina dois meses antes do período recomendado de aleitamento exclusivo. A licença de 180 dias do Programa Empresa Cidadã ainda é pouco adotada.

O problema pesa sobre professoras da Educação Infantil e do Fundamental I, que recebem os menores pisos salariais. Sem condições financeiras para prolongar a licença, muitas retornam precocemente, enfrentam gastos com fórmula e cuidados com o bebê e transferem a outras mulheres parte da responsabilidade pelo cuidado.

Horários rígidos, turmas cheias, deslocamentos e falta de substitutos dificultam as pausas previstas na CLT para amamentação ou ordenha. Também faltam espaços privados, higiênicos e refrigerados nas escolas.

Ao fim da estabilidade, professoras ainda podem enfrentar demissão e assédio moral.

A Comissão de Mulheres do Sinpro-Rio reivindica 180 dias de licença nas convenções coletivas, espaços adequados para ordenha, cumprimento dos intervalos legais e combate ao assédio. Amamentar é direito da trabalhadora e do bebê.

21 Dias de Ativismo: enfrentar a violência contra as mulheres exige políticas públicas permanentes

Campanha prevê proteção, combate à violência de gênero e autonomia econômica.

De 20 de novembro a 10 de dezembro, os 21 Dias de Ativismo terão como tema "Conectadas, Seguras e Vivas", com ações contra o feminicídio, a violência digital e a importunação sexual.

O Governo Federal prevê capacitar equipes de bares e restaurantes para acolher vítimas, criar espaços digitais seguros e abrir a primeira Casa da Mulher Brasileira de Fronteira, em Foz do Iguaçu (PR).

A campanha incentiva a autonomia econômica. A dependência financeira, a precarização do trabalho dificultam o rompimento de relações violentas.

Para a Comissão de Mulheres do Sinpro-Rio, enfrentar a violência exige políticas públicas, garantia de direitos e combate às desigualdades de gênero e raça. A proteção e a autonomia das mulheres devem ser compromissos permanentes.

21 Dias de Ativismo

20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10

☐ *novembro* ☐ *dezembro*

Tema
"Conectadas, Seguras e Vivas"

Acesse o site pelo QR Code e confira as ações da campanha!